

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.124 - MG (2018/0346825-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : AFONSO CELSO SOARES
ADVOGADO : EDIMAR CRISTIANO ALVES - MG097466N
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 526-527, da lavra do Ministro Presidente desta Corte, proferida no período do plantão judiciário, que indeferiu o pedido liminar formulado neste *habeas corpus*.

Aduz o Requerente que *"o que se sustenta é a impossibilidade, no caso, de o Ministério Público, 'sponte sua', partilhar a denúncia, máxime porque, em três oportunidades anteriores, o Juízo 'a quo' já havia determinado o oferecimento único de denúncia, decisões devidamente transitadas em julgado"* (fl. 530).

Alega, em síntese (fl. 531):

"1. A impossibilidade de o Juiz Substituto, sem alteração do cenário fático-jurídico, reformar decisão do Juiz Titular que havia transitado em julgado.

2. A impossibilidade, no caso, de oferecimento partilhado de denúncia, alocando-se os réus em diferentes ações penais relativas aos mesmos fatos, máxime porque há acusação de formação de quadrilha e, ainda, peculato (sendo que o recorrente não é servidor público e, por isso, é óbvio que somente pode ser acusado se, e somente se, estiver em concurso de pessoas com algum servidor público)."

Requer, desse modo, seja reconsiderada a decisão de fls. 526-527, *"de modo que se conceda a Medida Liminar pleiteada, determinando-se a suspensão das Ações Penais ns. 073.13.006035-0, 073.13.006034-3, 073.13.006033-5, 073.13.006036-8 até julgamento final do mérito deste Recurso Ordinário"* (fl. 534).

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

No caso, não estão presentes os pressupostos autorizadores do

acolhimento da pretensão liminar, notadamente o *fumus boni iuris*, diante do que se consignou no acórdão impugnado (fls. 468-469

"[...]

Infere-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 288, 299 e 312 do CPB (associação criminosa, falsidade ideológica e peculato) e art. 1º da Lei 9613/98.

Alega o i. impetrante que o Juiz substituto não pode reformar decisão proferida pelo Juiz titular que determinou a inclusão de todos os supostos envolvidos nos crimes na denúncia, não sendo possível o seu desmembramento.

Prima facie destaco que a decisão do i. Juiz substituto que determinou a manutenção da tramitação dos feitos em separado não está eivada de nulidade. Isso porque a decisão do i. Juiz titular que determinou o aditamento da denúncia para unificação das ações trata-se de uma decisão procedimental, não se tratando de ato de resolução de mérito do litúgio e, desta forma, permite eventualmente a sua reconsideração fundamentada por quem a decidiu ou mesmo por outro magistrado que venha a lhe substituir, não se falando em preclusão pro judicato nessa hipótese.

No que concerne à alegada impossibilidade de desmembramento da denúncia, razão também não assiste ao impetrante.

Tenho que a denúncia, como apresentada, respeita as exigências do artigo 41 do CPP, vez que permite ao paciente a perfeita compreensão dos fatos que lhe são imputados, possibilitando, pois, o exercício da ampla defesa.

A revogação da decisão que determinou a unificação das ações penais foi devidamente justificada pelo i. magistrado substituto em sua decisão de fls. 414v/417 que sopesou a sua conveniência ante as particularidades do caso concreto tais como a complexidade da ação, a celeridade processual e o número de réus.

A meu ver, o desmembramento do processo no caso em tela atende aos princípios da eficiência e duração razoável do processo sem trazer ao paciente prejuízo à sua defesa.

Nesse sentido, colaciono julgado do Supremo Tribunal Federal:

"[...]

Cumprе ressaltar que o art. 80 do CPP admite a possibilidade de desmembramento do processo toda vez que for conveniente à instrução criminal. Portanto, no presente caso, verificada a complexidade do feito, principalmente existindo diversos réus envolvidos, o desmembramento da ação penal é recomendável, no intuito de dar maior celeridade ao trâmite processual.

E não há que falar em afronta ao artigo 80 do Código de Processo Penal, tendo em vista que embora o desmembramento da ação, que é uma faculdade do magistrado, tenha sido realizado pelo Ministério Público na denúncia, a irregularidade restou convalidada diante da decisão que manteve a tramitação em separado das ações penais.

Desta forma, por não vislumbrar o alegado constrangimento ilegal, DENEGO O HABEAS CORPUS IMPETRADO."

Como se sabe, constitui faculdade do Magistrado proceder ao desmembramento de processos, competindo-lhe avaliar a conveniência da separação nas hipóteses em que aplicável a regra do art. 80 do Código de Processo Penal ("***Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação***"; sem grifos no original).

A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS, NA ORIGEM, A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. JULGAMENTO DOS RÉUS QUE NÃO DETINHAM PRERROGATIVA DE FORO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. VALIDADE. TRANCAMENTO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O art. 80 do Código de Processo Penal confere ao juiz a faculdade de determinar a separação dos processos - reunidos por força de conexão de crimes -, atendendo a razões de mera conveniência judicial.

2. É regra geral o desmembramento de inquéritos ou de ações penais de competência do Supremo Tribunal Federal em relação a agente não detentor de foro especial, o que ora se aplica em termos análogos.

3. Ao oferecer a denúncia, o Ministério Público local deixou clara a complexidade dos fatos e, diante do elevado número de investigados, 'tornou-se absolutamente imperioso que se procedesse o desmembramento das investigações sob pena tornar-se absolutamente inviável sua conclusão'. Explicitou, ainda, que as denúncias foram agrupadas pelas categorias de investigados, sendo a dos autos composta por 'aqueles que se intitulam, eufemisticamente, 'empresários' e 'corretores de terras'.

4. Diante do contexto apresentado e dada a afirmação do Tribunal de que não havia comprovação de denúncia ofertada contra os corréus prefeitos, não há falar em violação do princípio do juiz natural e consequente trancamento do feito.

5. Recurso ordinário em habeas corpus não provido." (RHC 34.440/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016; sem grifos no original.)

No caso, não se constata, *prima facie*, manifesta ilegalidade na decisão

que determinou o desmembramento do feito, conforme ressaltado pela instância ordinária, que fundamentou a necessidade da separação dos processos, consignando ser "***evidente que a unificação dos processos, que resultará em uma ação única de 60 (sessenta volumes), antes da instrução, trará prejuízo à própria defesa***" (fl. 177). Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, de modo que a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

